

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
UMA FORMA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

PIERPAOLO TOFFANO VANZO

PIERPAOLO TOFFANO VANZO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
UMA FORMA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Monografia apresentada ao
Instituto de História da
Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial
para a obtenção dos títulos de
bacharel e licenciado em História,
sob a orientação do Professor Ms.
Aguinaldo Rodrigues Gomes.

UBERLÂNDIA, DEZEMBRO DE 2003.

DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho a minha família, pelo apoio e carinho, aos meus amigos pelas boas conversas e risadas e a maravilhosa Camila, pela força, dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço em primeiro lugar as pessoas que acreditaram em mim. Meus pais e irmão, pela compreensão quando escolhi fazer este curso.

Aos meus amigos de Franca, Denis, Daniel, Cláudio, Fred entre outros, pelas risadas e chapações.

Aos meus amigos de Uberlândia, da universidade, pelas idéias a respeito de todos os assuntos imagináveis. A República 303, a grande família que ali se formou e as grandes conversas que ali surgiram. A Juninho (Valderci), pela amizade e família que me adotou aqui.

A minha namorada Camila, pela dedicação, carinho e afeto todos esses anos.

As minhas mães de criação, Claudinha, Neiliane, Andressa e Lílian, pela amizade, apoio, ajuda e as noites de sinuca.

Ao meu orientador, Aguinaldo, pela paciência e ajuda, a banca examinadora, Miguel e Marcos, pelo esforço em ajudar.

A João, o melhor e mais prestativo secretário do curso, que tanto ajudou no curso, e pela grande amizade que surgiu.

Aos professores do curso, pelos ensinamentos e por compartilhar toda sua sabedoria.

E a todas as pessoas que conheci na universidade.

BANCA EXAMINADORA:

Miguel Rodrigues Sousa Netto

Ms. Marcos Menezes

Prof. Ms Aginaldo Rodrigues Gomes (orientador)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....06

CAPÍTULO I

O ENSINO DE HISTÓRIA: A REALIDADE NA SALA DE AULA09

CAPÍTULO II

O QUE ENTENDEMOS POR PATRIMÔNIO CULTURAL21

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA36

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e discutir a possibilidade do uso da educação patrimonial voltada para o ensino formal de história.

Devido à diversidade do patrimônio cultural brasileiro que engloba tanto os conceitos de patrimônio histórico e artístico, abrangendo bens materiais e manifestações culturais, torna-se importante estudos que apontem possibilidades para uma interligação maior entre o ensino de história em salas de aula, a sociedade e a utilização e conservação desses patrimônios. Os patrimônios culturais caracterizam-se como representações de momentos da nossa história e comportam aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos múltiplos. Sendo assim, a intenção deste trabalho é mostrar as possibilidades do uso da temática da educação patrimonial no conteúdo programático do ensino regular de história, não simplesmente como ilustrações superficiais de momentos históricos.

Em nosso estudo foi utilizado como referência o Guia Básico de Educação Patrimonial, que mostra como devemos lidar com objetos culturais existentes em nossa sociedade, entendendo como esses objetos tanto manifestações culturais materiais quanto imateriais. Além disso, foi consultada uma relação dos bens tombados como patrimônios culturais na cidade de Uberlândia, produzida pela Prefeitura Municipal e ainda bibliografia sobre o assunto produzida por pesquisadores acadêmicos do campo da História.

Nossa fundamentação teórica baseia-se na História cultural que se propõe a analisar as práticas culturais como resultado de experiências concretas dos sujeitos históricos. Sendo assim, a temática do patrimônio cultural é abordada tendo como referência o conceito de representação de Roger Chartier, segundo o qual as representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Todo patrimônio cultural traz em si as marcas da época de sua origem e dos sujeitos que o produziram, incorporando ao longo do tempo as transformações da própria sociedade do onde está inserido, pois cada época e cada grupo social é dotado de estruturas de pensamento, comandadas pelas evoluções sócio-econômicas que os orientam.

No primeiro capítulo deste trabalho, discutiremos as dificuldades enfrentadas pelos professores de História recém-formados, devido à ênfase dada à pesquisa durante a

formação acadêmica, em detrimento do treinamento para a prática da docência, visto que as disciplinas do curso superior de História são mais voltadas para a formação de pesquisadores do que professores capazes de se adaptarem à realidade da educação básica.

No segundo capítulo, discutiremos os conceitos de patrimônio cultural (histórico e artístico), analisando importância para a sociedade de sua preservação e a necessidade de uma postura mais crítica dessa sociedade em relação a esses bens.

Os patrimônios materiais estudados nesse trabalho e tomados como parâmetro para nossa discussão são os existentes na cidade de Uberlândia, tombados pela Prefeitura Municipal.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentaremos uma discussão da utilização da temática, patrimônio cultural como alternativa possível para o ensino de História, apontando uma metodologia capaz de orientar essa utilização.

CAPÍTULO I:

O ENSINO DE HISTÓRIA: A REALIDADE NAS SALAS DE AULA

Neste capítulo pretendemos discutir um pouco dos problemas enfrentados por estudantes do curso de história quando se deparam com a sala de aula. Durante alguns anos da vida acadêmica, aprendem muito sobre a pesquisa no campo da história, algo importantíssimo para os historiadores, contudo, esta forma de ensino está mais voltada para o mundo acadêmico, para as discussões historiográficas, com suas correntes e interpretações, com toda beleza e fascínio que ela exerce sobre nós. Entretanto, algumas vezes essa formação mostra-se ineficiente dentro de uma sala de aula, na prática da docência, visto que a maioria dos alunos, por motivos variados, não costuma estar interessada pelos conteúdos oferecidos, independente da disciplina.

O interesse do aluno costuma estar mais relacionado à postura didática do professor, sendo assim, entendo que esta deve ser trabalhada com mais ênfase durante o período acadêmico, pela sua capacidade de trazer o conteúdo que está sendo explicado e/ou debatido na sala, para o cotidiano do aluno. Outro fator importante que se percebe durante a docência, é a relação estabelecida entre professor e aluno. A importância de se conseguir transmitir conhecimento é crucial no ensino fundamental, pois, somente dessa forma é possível despertar e manter o interesse do aluno.

Certamente, toda a bagagem teórica historiográfica que um indivíduo absorve durante o período acadêmico é importante, contudo, se este indivíduo não consegue expressar seu conhecimento ou o expressar de forma incompreensível aos seus ouvintes, de muito pouco lhe servirá sua bagagem dentro de uma sala de aula. Por isso é importante haver um currículo no curso acadêmico de História, com disciplinas que possibilitem aos historiadores e futuros professores o desenvolvimento da capacidade para transmitirem seus conhecimentos a pessoas leigas no assunto.

Os educadores não podem ter um distanciamento do aluno, pois somente com aproximação é possível adentrar no mundo do mesmo, possibilitando uma troca mútua de informações, o desejo da aprendizagem e uma conseqüente construção do conhecimento.

Entendemos que as matérias de licenciatura deveriam ser oferecidas no início do curso, a fim de possibilitar ao acadêmico um contato com a realidade a ser enfrentada no futuro. Um pouco disso é feito na exigência da apresentação de seminários, que muitas vezes são sua única experiência de discurso à frente de um grupo de pessoas às quais se deve transmitir algum conhecimento. Entretanto, durante as apresentações muitos alunos, por mais que tenham estudado, não conseguem expressar seu conhecimento ou, se conseguem, os transmitem de forma fragmentada ou incompreensível.

A maioria dos alunos do ensino fundamental e médio vê a disciplina de história como algo descontextualizado do seu cotidiano. Um dos papéis do historiador/professor é fazer com que esse interesse surja para esses alunos. Contudo, sua formação é deficiente nesse sentido, já que as matérias de licenciatura e, decorrente delas o próprio exercício de dar aulas só surge no final do período acadêmico, quando a maior parte dos alunos está fazendo sua monografia e dispensam um tempo e uma atenção reduzida a essas matérias.

O curso superior de História não enfatiza o exercício da docência e sim a pesquisa, estando voltado para a formação de pesquisadores, o que se apresenta como fundamental para a formação de historiadores, mas não minimiza a importância da aprendizagem da prática docente. Os textos lidos e escritos, sem dúvida formam a base do nosso conhecimento, fator importante dentro e fora da sala de aula e que também possibilita uma capacidade para formular análises críticas de fatores da nossa sociedade e do nosso cotidiano. Entretanto, para a maioria dos acadêmicos de história, a realidade a ser encontrada após a formatura é sim a sala de aula, e não a pesquisa, pela própria ordem social existente no Brasil, na qual o incentivo governamental e privado para a pesquisa historiográfica é extremamente restrito. Além disso, muitos potenciais pesquisadores são membros de famílias de baixos extratos da sociedade e não conseguem dedicar tempo suficiente para a prática de pesquisa e também não conseguem subvenção para tal dedicação. Muitos exercem atividades que não estão relacionadas ao que se aprende na academia, enquanto poucos trabalham em escolas.

No mercado de trabalho atual, poucas são as opções para quem se forma. Os dois caminhos convencionalmente apontados são o ensino e a pesquisa em universidades, contudo mesmo havendo ênfase na prática da pesquisa, poucas são as oportunidades para se trabalhar nessa área. Contudo, existem outras opções dentro da escolha profissional de um

historiador, sendo também possível trabalhar em museus e arquivos, para citar somente possibilidades mais plausíveis dentro de seu campo de atuação. Além disso, pode-se também trabalhar em cinema, oferecendo assessoria em produções de filmes de época e novelas, em pesquisas sobre os mais variados assuntos, como arquitetura e figurinos dentro do contexto sócio econômico do período representado, e como núcleo de apoio nos temas tratados dentro das produções, em discussões que estavam em jogo nos momentos históricos filmados. O campo de atuação do historiador pode ser vasto, mas falta conseguir sua inserção nele e isso pode ser feito, tanto por vontade própria do estudante, como também sendo incentivado durante o curso acadêmico, quando deve ser mostrado aos alunos de graduação que é possível trabalhar em outras áreas de atuação para além da pesquisa e da docência. Entretanto, não se pretende neste trabalho fazer uma discussão profunda acerca de tal assunto, mas se ater a problemas mais próximos do cotidiano, pois o assunto de tal situa-se na área da educação.

Na realidade da educação brasileira, dentre os problemas enfrentados, podemos destacar alguns, tanto por parte dos profissionais da educação, como dos alunos e da direção da escola, passando pelo descaso do governo com o ensino público e a indústria que se criou em torno do ensino na iniciativa privada, ou seja, a transformação do ensino em mercadoria, e como toda mercadoria, existe aquela de boa qualidade e a de péssima qualidade. Nos problemas enfrentados pelos profissionais da área, mais precisamente do ensino de história, podemos colocar em primeiro lugar o despreparo para enfrentar uma sala de aula, pois, como já dito anteriormente, a ênfase dada no curso acadêmico é para a prática da pesquisa e não para a licenciatura. É necessário então o desenvolvimento de uma didática que possibilite transmitir todo o conhecimento adquirido durante o curso, que acarreta em uma dificuldade de fazer o aluno se interessar pela matéria. Outro problema para o professor é sua baixa remuneração, tanto no ensino público como no privado.

Algumas observações sobre esses problemas devem ser analisadas, dentre elas a falta do hábito de leitura dos alunos, o que leva a uma precária interpretação de textos. Em relação aos alunos podemos destacar como problemas enfrentados a falta de embasamento nas séries anteriores, mesmo que esses conhecimentos sejam muitas vezes esquecidos, pois só serviram para “passar na matéria” e não realmente para uma melhor compreensão do mundo e da nossa sociedade. Existe ainda o problema causado pela falta de leitura que é a

dificuldade com o vocabulário da matéria, o estudo dos conceitos básicos para uma melhor interpretação e conhecimento do tema. Creio que muito disso é culpa do próprio professor, mas também esta relacionado com o costume dos alunos aprenderem tudo em função de “passar na matéria”. Muitos alunos não conseguem relacionar os acontecimentos históricos com seu cotidiano e não vêem importância no seu aprendizado, o que podemos perceber pela própria valorização que a área de exatas tem sobre a de humanas dentro de uma escola. Ocorre também uma dificuldade na expressão oral e escrita dos alunos, sendo que muitos escrevem nas provas respostas completamente sem nexos, com idéias deslocadas e incompreensíveis. Os alunos muitas vezes têm dificuldade de correlacionar os temas estudados, percebendo os fatos históricos isoladamente e não dentro de um processo.

Segundo Lima, no seu relatório de Prática de Ensino I, intitulado “Cotidiano Escolar” os problemas no ensino escolar estão relacionados ao desinteresse e desrespeito pela matéria e pelo professor, outro ponto é a pobreza material interferindo no conhecimento, pois segundo ela, a mesma contribui para a dificuldade em conseguir informações e a pouca leitura. Este problema existe também no caso das escolas particulares, nas quais os alunos “teoricamente” têm mais condições, mas esta dificuldade também está relacionada à falta de interesse pela leitura, talvez mesmo pelo próprio contexto em que estamos inseridos, no qual toda informação é passada por meios audiovisuais como a televisão. Mas como sabemos, nem toda informação é passada no horário nobre, mesmo por que muitas não são do interesse de quem patrocina os programas jornalísticos ou de documentários. Mas existem bons programas na televisão, como por exemplo: “Provocações” na TV Cultura.

Outra forma atual de receber informações é a Internet, mesmo sendo restrita a uma faixa da população, muitas informações são vinculadas neste meio de comunicação, como pesquisas, debates, home-pages específicas sobre vários assuntos. A utilização da Internet nas escolas privadas é grande, todavia, muitos alunos quando fazem suas pesquisas, não sabem muitas vezes o que está escrito no trabalho, fazendo apenas cópias de trabalhos já publicados.

Muitos alunos realmente não possuem interesse pela matéria, e, não têm respeito pelos próprios professores. Não se pretende discutir aqui se é preciso ou não ter uma atitude autoritária dentro de sala de aula, mas, infelizmente, às vezes ela se faz presente,

contrariando tudo aquilo que se aprende dentro da universidade. Mas mesmo nas universidades, em ambientes tidos como democráticos e de respeito, escuta-se comentários sobre atitudes autoritárias e abusivas.

Muitos alunos realmente conversam em demasia dentro da sala de aula e não respeitam o colega que quer aprender algo e nem o professor que tenta ensinar algo novo. Na universidade ainda existe uma discussão entre alunos e os professores. É claro que nem todos os alunos e nem todos os professores a fazem, mas ela existe. Em uma sala de ensino médio essa discussão é restrita a poucos indivíduos, talvez pela própria dificuldade que os jovens têm de se expressar frente a um público. Outro problema está na visão sobre o educador, como mantenedor e possuidor de todo conhecimento, o que sabemos que não é verdade.

Outro problema enfrentado é com a própria direção das escolas, que visam normalmente o lucro e não o aprendizado. Assim, muitos coordenadores entendem que o ensino de história ainda deve ser decorado e não entendido, e querem que os profissionais escrevam muito na lousa, para com isso resolver dois problemas de um vez, ou seja, o primeiro de ter os cadernos dos alunos cheios de matérias no qual ele pode simplesmente copiar a resposta e “se dar bem na prova”, e ao mesmo tempo acabar com “a bagunça” dentro da sala de aula. Isto faz com que não se discuta e sim se copie, pois a indisciplina reina em muitas salas, o que causa uma dificuldade na convivência. De um lado estão os alunos, que se acham no direito de mandar nos professores, e do outro lado os professores, que se acham no direito de mandarem nos alunos, o que causa uma verdadeira guerra que acontece em algumas escolas.

Um problema enfrentado na rede pública é a autonomia das escolas sobre seus currículos, que muitas vezes deveriam estar relacionados às peculiaridades de cada região, como observa novamente Lima, mesmo existindo uma certa autonomia, muitos profissionais da educação preferem não trabalharem com ela, pois, a própria comunidade onde a escola está inserida não participa. Outro problema sobre esse assunto é a falta de tempo de muitos professores, que têm uma carga exaustiva de trabalho para conseguirem sobreviver com um pouco de dignidade, não sobrando tempo para a pesquisa, para os estudos e para a produção de materiais para as aulas. Este fato tem relações com a “sociedade do trabalho” em que estamos inseridos, que muitas vezes impossibilita o

ingresso em outra atividade pela própria falta de tempo. Outro problema enfrentado para quem escolhe trabalhar na rede privada de ensino são donos de escolas que dificilmente pagam os salários dos professores em dia e, quando pagam, eles se aproveitam da grande quantidade de profissionais na área e a busca pela tão sonhada prática em sala, a busca pela experiência exigida pelo mercado. Muitas vezes o único pagamento que recebem é mesmo a experiência. Acredito que um conhecimento prévio desses profissionais sobre as escolas é de grande ajuda aos futuros profissionais da área e mesmo para erradicação desses estabelecimentos.

A convivência em sala é outro problema enfrentado por quem já está trabalhando e para quem irá trabalhar em sala. Rosa aponta como tal, à distância entre o ensino acadêmico e a sua prática. Podemos perceber tal fato nas nossas aulas da graduação, onde existe uma discussão em sala. Quando se parte para a prática, imagina-se que o mesmo ocorra no ensino secundário, porém não é o que ocorre. O ensino secundário está mais voltado para a cópia e disciplina do que para criar cidadãos conscientes e críticos.

No que se refere ao ensino, o próprio material pedagógico utilizado na disciplina em poucos casos tem uma visão crítica sobre o momento, cabendo ao professor fazer este trabalho. Contudo, quando os alunos vão estudar em casa para a prova, os livros didáticos e as apostilas não trabalham de forma a contextualizar os assuntos a fim de formarem uma visão crítica nos estudantes.

Outro fato enfrentado é a falta de incentivos do próprio governo na área, com salas lotadas e estruturas precárias nas escolas da periferia, tais como bibliotecas, salas de vídeo e salários de funcionários, dentre outros, fato comprovado pelas greves que resultam mais em garantir o pouco dos direitos adquiridos, do que conseguir novos direitos, aumento salarial ou outros. Ao citar esses problemas, Rosa observa que os professores da rede pública possuem altas cargas horárias e baixos salários comparados ao ensino privado. Esta realidade não mais se faz presente, pelo menos em Uberlândia, pois, como professor da rede privada os ganhos iniciais são baixos, é pago o preço do sindicato pelas aulas, e são poucas aulas. Mas muitas vezes esses salários, mesmo baixos, não são pagos. Não digo que toda escola de pequeno porte pensa e educa somente como negócio, pois, sabemos que existem grandes escolas aqui na região que também atrasam seus pagamentos. Contudo, nas

de pequeno porte até as estruturas são precárias, muitas vezes não possuem salas de vídeo e muito menos vídeo e televisão, as bibliotecas são formadas por livros didáticos, etc.

Creio no papel do educador como formador de cidadãos, porém, sem um interesse por parte dos alunos e da escola, este processo fica muito difícil de ser conseguido. Infelizmente, muitos alunos só estão interessados em passar de ano, são poucos os que debatem. Esta dificuldade de criar um debate em sala existe até na universidade. Se por um lado os debates acontecem nos corredores, debates sobre o andamento das matérias, nos assuntos discutidos, dos seminários a serem realizados, muitas dessas discussões não acontecem em sala.

Acredito que a forma como é dado o ensino na sua forma tradicional de relação entre professor e aluno não possibilita um maior integração entre os mesmos, e a falta de uma relação de igualdade tem seus reflexos na universidade, como estudantes apáticos e sem questionamentos perante os assuntos tratados, alunos como meros receptores de informações passadas pelos professores.

E para mudar essa situação, surgem vários trabalhos voltados para o ensino alternativo, no qual os estudantes e professores realizam juntos os estudos, coma utilização de filmes, de músicas, obras de arte, de jogos (tanto de computadores como de tabuleiros), a realização de pesquisas, a visita a museus e aos patrimônios históricos. Estas formas de aprendizado possibilitam que os estudantes criem algum interesse na matéria. Todas essas formas podem ser interativas se houver abertura, tanto de quem se propõe a realizá-las, quanto dos espaços, e este é um ponto a ser debatido, é necessário para tanto que quem irá realizar tal projeto esteja preparado para fazê-lo. Com ralação ao material áudio visual, existem professores que já os utiliza, principalmente filmes, para debater um certo período histórico, contudo creio que seria de grande importância mais trabalhos de campo para fazer o estudante de história entrar em contato com os patrimônios históricos materiais e imateriais existentes tanto na nossa região, como em outras partes do Brasil. Entendemos que existe a dificuldade financeira, tanto dos estudantes como da própria universidade, mas seria interessante visitar algumas cidades históricas, como as da região de Ouro Preto, com os professores do curso.

A escolha do tema é acertada neste ponto, pois, a visita a um patrimônio histórico pode fazer com que novos questionamentos surjam em quem esta participando, podendo ser

tanto de ordem histórica como de ordem econômica e social, trazendo aos olhos aquilo que só pode se visto nos livros, fazendo com que a imaginação entre em cena e que os sentidos possam estar em contato com uma representação material ou imaterial sobre uma cultura ou período histórico.

Visitar os patrimônios da cidade de Uberlândia não é uma tarefa árdua, podendo ser realizado em um ou dois dias, por serem localizados quase todos na região central da cidade. Como se propõe também estudar patrimônio não material, no caso específico da Congada, na cidade de Uberlândia, duas são as formas de fazer este estudo com os alunos: a primeira é a própria pesquisa bibliográfica e oral sobre o assunto, e a segunda seria ir até a festa no dia de Nossa Senhora do Rosário, no mês de novembro. Estes dois objetos, tanto o patrimônio material como o patrimônio imaterial, podem fazer com que os estudantes conheçam uma forma diferente de aprendizado daquelas que estão acostumado vivenciar no dia a dia da sala de aula. Contudo, existe outro problema que é o fato das escolas não liberarem os alunos no período de aula para atividades extra classe, mas este pode ser resolvido quando for proposto o trabalho para o departamento pedagógico da instituição de ensino a ser realizado.

Creio que a utilização de formas alternativas de ensino e pesquisa possa ser uma das soluções para o desinteresse na área de história, trazendo à tona um contato até então inexistente e, quando existente, precário. Com exceção dos alunos que participam ou possuem parentes que participam da Congada, a maioria nunca estabeleceu contato direto, sendo que muitos passam pela praça Clarimundo Carneiro e não sabem que estão numa das regiões mais antigas de Uberlândia, bem como o bairro Patrimônio. Com este trabalho de campo os alunos podem conhecer mais da história local da cidade e relacioná-la a um processo histórico maior, ou seja, a própria história do Brasil.

As dificuldades existem nesse tipo de trabalho, entre elas, como lidar com os alunos fora da sala de aula, com suas inquietações e seus correr-corres. Superado esse desafio, a gratificação pode ser muito grande, pois, estará se trabalhando além da história local, a própria formação de cidadão, ao mostrar para eles, por exemplo, como foi formada a cidade, quem foi a pessoa homenageada com o nome de uma praça, qual a história de certa casa e porque ela foi tombada, qual a importância desse patrimônio para a cidade, trabalhando também a história de vida das pessoas que viveram durante o período e como

elas viam e vêem estes patrimônios material e imaterial. Trazendo à tona essa reflexão, podem surgir fatos que marcaram a história local, mas sem perder de vista a história nacional. Os patrimônios materiais tombados possuem uma arquitetura singular comparadas à do nosso período, e ela era um reflexo do que estava acontecendo fora do país e da idéia da cidade ordeira e progressista de Uberlândia. E quando forem estudar a história local com ênfase na cultura popular, poderão perceber como as autoridades lidavam e lidam com as representações culturais dos segmentos sociais mais baixos, como é o caso da Congada, uma representação da religiosidade popular, predominantemente composta por pessoas de baixa renda, que vivem na periferia da cidade, e que realizam uma festa no centro da cidade. Festa essa que muitas vezes não é bem vista pelos moradores da região central de Uberlândia.

Fazer com que os alunos compreendam essa forma de cultura é trabalhar com eles questões como: respeito à cultura do outro, entendimento da diversidade cultural existente, a não hierarquização das culturas e também o próprio conhecimento sobre outras histórias de vida e de luta dos segmentos mais baixos da sociedade; é mostrar que cultura popular não é somente música sertaneja e pagode, mas é sim um campo vasto de representações e transformações do cotidiano; que ela não é estática e que existem várias representações diferentes sobre um mesmo nome.

CAPÍTULO II O QUE ENTENDEMOS POR PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo pretendemos discutir o conceito de patrimônio cultural, por compreender quer este abarca no seu conjunto dois conceitos indissociáveis entre si, que são: os conceitos de patrimônio histórico e artístico, sendo estas definições somente um segmento deste acervo maior, no qual está inserido os patrimônio materiais e imateriais existentes em diferentes locais e grupos humanos.

A problemática do patrimônio cultural foi mais abrangida com as definições de Hungues de Vanire-Boham , ao dividir patrimônio cultural em categorias, interligadas entre elas, que segundo ele A primeira, os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente, formações geográficas constituintes do relevo, os rios, lagos, florestas, desertos e etc. referindo-se a todos os recursos naturais que ainda possibilitam ou possibilitaram a sobrevivência de um grupo, em determinado local, a segunda categoria fica a cargo do conhecimento, das técnicas utilizadas com o objetivo de sobreviver a este meio, e as utilizadas para superar tais limitações. Englobando, conceito de “saber” (nas suas mais variadas formas, na escrita, na música, nos ritos, nos cerimoniais e etc.) e de “saber fazer”, desde curtir o couro para fazer uma roupa, até construir um jato de guerra. Enfim, os elementos não tangíveis do patrimônio cultural, segundo Boham, possibilitando com isso a inserção posterior do patrimônio imaterial. E por último, entender “bens culturais como toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”.

Para o autor. Lemos , no livro “o que é patrimônio histórico” a mais importante. Ainda segundo Lemos, que elege a palavra artefato como sinônimo de todas as outras, pois, para ele, tudo que é construído pelo ser humano, nada mais são que artefatos, “tanto podendo ser um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ao a própria cidade em volta dessa igreja”. E por ser esta a categoria que o autor elegeu como a principal, todo seu livro é dedicado a ela. Contudo entendemos que mesmo sendo três temas separados, eles possuem uma forte ligação entre si. Pois, como pensar em uma hidroelétrica sem pensar no conhecimento envolvido nesta construção, e os elementos naturais que possibilitaram a construção em determinado local, ou melhor, deste artefato, que pode ou não ser encarado como um patrimônio cultural, dependendo de interesses de

grupos sociais, econômicos e políticos. Sendo que tais artefatos possuem ou possuíram um valor significativo, valor este nas suas mais variadas formas e sentidos.

Lemos, contudo não faz uma diferenciação entre patrimônio material e imaterial, no qual são arroladas todas as representações culturais existentes na cultura, como por exemplo, o congado, a folia de reis, a cavallhada, entre outras formas de representação.

Neste trabalho temos como objetivo o estudo tanto dos patrimônios culturais materiais como imateriais, sendo que no primeiro quesito serão estudados os patrimônios existentes na cidade de Uberlândia, devido a maior facilidade de estudo e de obtenção de material, utilizando os patrimônios tombados no âmbito municipal e estadual existentes na cidade.

Para estudar o patrimônio imaterial será utilizada a congada, por ser uma das expressões da cultura popular na cidade, entendendo cultura em toda sua pluralidade e singularidade, não pretendendo aqui fazer uma distinção entre culturas, pois, a cultura não é homogeneia e estanque. No caso específico da congada, podemos perceber que a representação da festa e seu significado varia conforme cada região. Sendo que na cidade de Uberlândia, diferente do que ocorre no sul do país, não existe a presença da princesa Isabel na festa. E mesmo para quem participa da festa, ela não esta restrita somente ao período do ano que ocorre, ser congadeiro significa selo por toda a vida, é participar de um segmento da sociedade no qual esta forma de representação da cultura esta inserida no dia-a-dia das pessoas envolvidas, diferente dos foliões do carnaval, que participam do desfile das escolas de samba, independentes da escola, mas sim pela alegria de estar pulando carnaval na marques de Sapucaí.

Nova onda do terceiro milênio, o turismo, no qual as prefeituras operam como agentes de viagens, preservando aquilo que é de maior interesse sobre sua cidade, esse “acordo” existente entre as esferas públicas e os grupos sociais garantem em muito a preservação de alguns patrimônios. Contudo, tais patrimônios culturais na sua maioria só são preservados a posteriores, com exceção de monumentos construídos com o objetivo de preservar uma identidade cultural do local, como por exemplo, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, dentre os monumentos que conseguiram sua preservação posterior, muitos entraram no esquema citado acima, como são exemplos o Pelourinho, em Salvador e o centro de Recife antigo, em Recife, ambas áreas degradadas que foram revitalizadas pelas

suas respectivas prefeituras, pelos Estados e pela federação, com o objetivo de serem transformadas em locais turísticos, que, por conseguinte trouxeram um ganho econômico, seja no comércio, seja no recolhimento de impostos pela prefeitura entre outros setores, como hotelaria e comércio informal. Contudo não existe uma preocupação em preservar os monumentos atuais, por entender muitas vezes que monumento é somente aquilo que pertence ao passado, deixando de lado as construções atuais, talvez pela própria efemeridade dos artefatos existentes na nossa sociedade de consumo, deixando a cargo do tempo e da curiosidade humana aquilo que um dia deve ou pode ser preservado. Podemos perceber isso em relação aos patrimônios tombados na cidade de Uberlândia, todos eles são do final do século XIX a meados do século XX, com exceção da igreja Espírito Santo do Cerrado, que foi construída entre 1975 e 1981, sendo essa também a única com tombamento estadual. Serão citados todos os patrimônios materiais tombados mais à frente, com suas respectivas localizações, período de construção, proteção legal existente, uso atual e a proteção legal proposta. Os patrimônios citados acima são artefatos materiais, contudo pretendemos também estudar os imateriais, e este é o motivo de estudar a congada na cidade, pelo fato desta representar uma cultura predominantemente exercida pelos segmentos menos favorecidos da sociedade, tendo como participantes na sua maioria, negros e pobres da cidade, evidenciando com isso uma manifestação cultural dos excluídos, trazendo a tona toda sua riqueza cultural, no campo simbólico, em suas representações e apropriações. Em contraste aos patrimônios materiais existentes e aqui preservados, que constituem os bens materiais da elite da cidade.

E podemos inserir a discussão sobre o que é preservado e porque é preservado, a quais segmentos da sociedade eles pertencem e quais interesses existem por de trás dessa preservação. Para Lemos, devemos, “garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”, mesmo o autor dando ênfase aos patrimônios materiais, esta afirmação abre para os patrimônios imateriais e a importância da sua preservação dentro desta memória social. Pois, não só do material é constituída a história de um local, a cultura nela existente propicia um enraizamento do indivíduo no meio, meio no qual está fragmentado pelo tempo lógico do fazer capitalista, com o desenraizamento cultural que atinge nossa sociedade de massas, no qual somos levados a consumir coisas

que pretensamente nos tornam uniformes perante o mercado, deslocando o sujeito de tudo, da sua memória e das suas raízes. Nesse viés, conforme Machado, “a cultura popular, é um oásis por onde persistências, resistências, astúcias e transgressões ordem à instituída se explicam, conectando o sujeito a um tempo, a um espaço, a uma lógica que é sua. Daí o sentido de pertencer a algo, a alguma coisa. Daí a possibilidade de se tornar parte de uma história que é sua” O olhar sobre a cultura dita das classe subalternas, tem mudado ultimamente, se antes ela era olhada como fator de alienação do sujeito, hoje ganha contornos de condição vital para a conciliação do sujeito com suas raízes, diminuindo assim a fragmentação do mundo do capital. Contudo devemos responder algumas indagações a respeito da preservação, a quem ela interessa e porque. Podemos citar em primeiro lugar os interesses econômicos, como o turismo, em segundo, os interesses de classe, de pessoas, de segmentos sociais, divididos em grupos, segundo interesses variados. Como nossa sociedade é compartimentada em classes, isto também esta sendo refletido no patrimônio cultural, com a fragmentação do mesmo em “patrimônios setoriais” onde “cada classe social, cada grupo econômico, cada meio, cada preocupação esta a selecionar elementos culturais de seu interesse para que sejam guardados como testemunhos de sua preocupação”, conforme observado por Lemos. Podendo englobar com isso os interesses da classe dominante, que procura preservar as manifestações de caráter afirmativo da elite, pois também faz parte da cultura de um local, é uma preservação que abrange também a dos engenheiros e arquitetos, com a preocupação voltada para o estilo de construção do artefato, e as evoluções no modo de construir, com seus diferentes materiais utilizados e nas técnicas, como também os interesses das classes menos favorecidas. Tentando com isso conciliar todos os interesses, visando um enfoque global sobre o patrimônio cultural, abrangendo todas as formas de representações e apropriações, bem como não podemos esquecer do conceito de circularidade cultural, no qual não existe uma cultura erudita e uma popular, separada entre si, e sim um intercambio entre elas. Abordagem sofisticada e minuciosa, a história cultural tal como concebida por Ginzburg se interessa pelo detalhe e pelo contexto, pelas micros e pelas macro-questões que, articuladas, podem nos aproximar um pouco mais de nossos antepassados. Decifração de indícios, ciência do particular, a história cultural se move em terreno acidentado e misterioso e, sem prescindir jamais das

fontes, autoriza alguns vôos, muitos deles também noturnos, já que “a tentativa de conhecer passado também é uma viagem ao mundo dos mortos”.

No presente estudo não entenderemos cultura popular como cultura dominada, subjugada pelo capital e impotente perante a este, mas sim como entende Chauí, enquanto manifestação dos excluídos da história, como prática de certos segmentos da sociedade e não como quis os governos populistas do Brasil, como manifestação de uma cultura nacional, porém, a cultura popular é diversa, munindo cada localidade de peculiaridades próprias, é essa diversidade que a torna tão bela e instigante. Essa riqueza cultural permite apreender esses excluídos, que estão à margem da sociedade, como sujeito da sua própria história. E por isso suas manifestações culturais também devem estar inseridas nos patrimônios culturais da cidade, pois, é representante mesmo não material no sentido próprio da palavra, da cultura dos excluídos e é importante na medida que dá voz aos excluídos, estes na sua maioria proveniente do campo e quando chegam à cidade, desprovidos dos seus meios de sobrevivência, da sua paisagem natal, seus vizinhos e suas formas de socialização Bosi. Porém trazem consigo ritos e mitos que faziam parte de sua cultura na roça, suas crenças e seus costumes, mesmo que muitas vezes a sociedade capitalista tente acabar com eles, porém persistem apropriando e reelaborando as práticas cotidianas. Muitas vezes não deixando que o desenraizamento cultural provoque a perda de sua identidade.

Nesse sentido tais movimentos sociais encontram novas formas de se inserirem dentro dessa nova ordem social imposta pelo capitalismo, com o individualismo exacerbado, a sobrevivência a todo custo (pois já não possuem um lugar para onde voltar, sua terra, seu cantinho de chão). A miséria do cotidiano contrapondo-se as magníficas estruturas de concreto e aço (que muitas vezes ajudaram a construir). E é na cultura popular através muitas vezes da religiosidade (popular) que este desenraizamento cultural e social é atenuado. Onde formas de resistência, ao capital e a sociedade que não é a dele, são praticadas e onde suas tradições são “preservadas”.

A história da preservação no Brasil é relativamente nova, a preocupação começa a surgir na década de vinte, com o deputado e historiador Wanderley Pinto, fez projeto de lei relativo a proteção de nosso patrimônio cultural arrolado entre os bens preserváveis “as cimalthas, os forros, arquitraves, portas, janelas, pinturas murais, e quaisquer ornamentos

(arquitetônicos ou artísticos) que possam ser retirados de uma edificação para outra” que em muito demonstra o uso de materiais das antigas construções utilizados na feitoria das novas, dominadas principalmente pelo neoclássico, isso vem confirmar a circularidade cultural existente, aí não mais entre classe erudita e popular, mas entre os estilos europeus e os nacionais. Em 1923, foi apresentado um projeto de lei destinado a salvar nosso Patrimônio, feito pelo deputado Luiz Cedro, que tinha como objetivo criar uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional”. E em 1925, a pedido do governador mineiro Presidente Mello Viana, o jurista Jair Lins também tratou de defender os bens representativos de nosso passado, mas apresentando um progresso na eleição dos bens a serem guardados pelo projeto de lei: “os moveis e imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessar a coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística, serão catalogados, totais ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou Estados passará a ter direito de preferência”. É a primeira vez que surge uma preocupação com os moveis existentes dentro das construções, ou seja, objetos, a serem conservados. Abrangendo um pouco mais o campo de preservação dos patrimônios culturais, contudo ainda restrito aos bens materiais. Somente em 1936, surge um projeto, de autora de Mario de Andrade, que no texto definia: “entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte”, tendo arte como significado múltiplo e por ele explicado, “arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano utiliza a ciência, das coisas e dos fatos” tentando com isso resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso Patrimônio cultural, como afirma Lemos.

No projeto de Andrade, as artes foram agrupadas em oito categorias: arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular; arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacional e artes aplicadas estrangeiras.

Incluindo todo vasto patrimônio cultural, que na época era considerado importante, pois, temos que levar em consideração, que os questionamentos surgem a partir da realidade vivenciada por cada sujeito histórico. Andrade incluía tudo nas suas categorias, todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar sua música, seus usos, costumes, assim como seu “saber”, e o seu “saber fazer”. A lei de

1937, que reorganizou o Ministério da Educação, então chefiada por Gustavo Capanema, foi criado o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, podemos perceber com isso que ele não fora seguido como deveria desde o início, pois, dentro da própria instituição que deveria preservar o patrimônio já se distinguia o que deveria ser preservado, ou seja, o patrimônio histórico e artístico, sendo eles diferenciados entre si.

Após o golpe de Getulio Vargas, veio o decreto numero 25, de 30 de novembro, que organizou então o primitivo SPHAN, onde se define oficialmente o Patrimônio Histórico e Artístico como sendo “o conjunto dos bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, esta lei, diferente da de Mario de Andrade, apelava somente para o interesse público, sem defini-lo com exatidão. Sobre o projeto de Andrade, aos poucos foram sendo excluídas certas categorias, sendo as manifestações populares a mais atingida.

Ainda no seu projeto, Andrade, não se esqueceu dos problemas de urbanização, assunto retomado somente na década de 70, quando estava ligado a preservação de bens culturais vistos em conjunto, que traz consigo a expressão “patrimônio ambiental urbano”, que são que tais conjuntos arquitetônicos vistos pela sua importância dentro de centros urbano, ou mesmo cidades, como é o caso de Ouro Preto, Parati e Santana do Parnaíba.

A cidade de Uberlândia não possui um conjunto preservado dentro do seu projeto urbanizador, o bairro que aglomera quase todos os patrimônios tombados na cidade fica localizado no bairro do Fundinho, local dos primeiro núcleo ambiental da cidade, juntamente com o bairro Patrimônio, entre eles que o primeiro foi colonizado pela elite da cidade, enquanto o segundo ficou com a colonização dos negros e pobres da cidade que então começava a surgir. Ambas têm sua importância no contexto cultural da cidade, o Fundinho com os patrimônios materiais e o Patrimônio com seu patrimônio imaterial, pois, foi ali que a tradição da congada surgiu e se fortaleceu em Uberlândia.

Apesar da descaracterização imposta pelo pensamento ordeiro e progressista da elite local, algumas construções, sobreviveram a todas as transformações ocorridas na cidade após as primeiras décadas do século passado, sendo na sua maioria de estilo neoclássico, mas também com estilo colonial primitivo. Sobre os patrimônios tombados na cidade de Uberlândia, usarei o inventario de proteção do acervo cultural existente no museu

municipal, juntamente com o histórico por ele apresentado. O acervo das construções será colocado segundo o ano de construção, das mais antigas as mais atuais.

A construção mais antiga que esta tombada é a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga. No período de 1850 a 1852, foi construída a primeira capela no distrito de Santa Maria - hoje Miraporanga, sob o oráculo de Nossa Senhora do Carmo e Santa Maria Maior: a Capela Nossa Senhora das Neves, tendo sido a 15ª capela construída no Serão da Farinha Podre e a única remanescente nos dias atuais. O início da construção contou com a participação do então vigário do Prata, o Padre Antonio Dias de Gouveia. Sua finalização ocorreu em 1852, sob a orientação do Padre Jerônimo Gonçalves Macedo, sua importância está no fato de ter sido construída por escravos e em 1865 serviu como repouso para os integrantes da coluna do Mato Grosso, composta por 3.000 homens, que seguiam para a Guerra do Paraguai, foi tombada em 1968 pela lei municipal nº 1650. Teve importância histórica enquanto marco do núcleo que originou a cidade de Uberlândia, e devido sua importância arquitetônica, pois representa uma forte referência do estilo colonial primitivo, que possui atualmente poucos exemplares remanescentes no Brasil. Esta igreja mudou de nome, de capelinha de Santa Maria, quando foi inaugurada, para Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga, como é conhecida atualmente, esta mudança ocorreu em 1986 através de uma votação realizada pelo Conselho Comunitário de Miraporanga.

Seu uso atual é institucional, pois, ali funciona ainda a igreja, possui um excelente estado de conservação, sendo que já passou por duas intervenções, a primeira em 1986 e outra no período de 1999 a 2001. A proteção legal existente é de tombamento municipal. A Igreja Nossa Senhora do Rosário constitui-se a terceira construção destinada ao Rosário de Maria Santíssima nessa cidade. Sua primeira implantação seria realizada na baixada que verte para o Ribeirão São Pedro. Entretanto, considerando as tendências de crescimento do arraial, optou-se por construí-la no local atualmente ocupado pela praça Dr. Duarte. No ano de 1891, Sr. Arlindo Teixeira, membro da Comissão Procuradora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, propôs a transferência da capela, que se encontrava em estado de abandono e degradação, para a praça hoje denominada Rui Barbosa. Autorizada pela comissão em junho do mesmo ano, a construção da capela foi finalizada em 1893.

No entanto, já nos primeiros anos, verificou-se um espírito geral de descontentamento em relação à edificação, considerada uma “acanhada ermitã sertaneja”.

Dessa forma alguns anos mais tarde já se cogitava a construção de uma nova capela, a antiga capela foi demolida e a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário se deu entre os anos de 1928 e 1931, tendo sido inaugurada em 1931. A planta da igreja teve uma rotação, voltando frontispício para o norte, lado que a cidade crescia. Foi tombada no ano de 1985 pela lei n.º 4263. Além de ser a construção religiosa mais antiga da cidade, sua importância decorre também do fato de ela ser sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de Cor de Uberlândia, que a mantém e local também onde é realizada a festa da congada nos meses de outubro, uma das mais fortes manifestações culturais da cidade, que também é objeto de estudo neste trabalho. A igreja foi projetada pelo arquiteto Thomaz Hovanes, que utilizou uma linguagem eclética, onde predominam elementos neogóticos.

A igreja possui um bom estado de conservação, seu uso é institucional, com proteção legal de tombamento municipal. Sofreu intervenções, a primeira em 1958, a segunda em 1961, em 1987 e 1988 sofreu outra intervenção, sendo a última realizada no ano de 1992.

Atualmente o prédio ocupado pela Oficina Cultural, na praça Clarimundo Carneiro n.º 240, foi projetado para abrigar a primeira companhia de energia elétrica de Uberlândia - Companhia de Força e Luz de Uberabinha - criada em 1912. Em 1929, foi criada a companhia do Prada de Eletricidade, que comprou o patrimônio da Cia de Uberabinha. O imóvel foi construído para alojar a administração da Cia do Prada, de 1936 a 1973, foi utilizada para residência dos gerentes da Prada Eletricidade, neste período, no pátio formado pelo restante do terreno funcionou um posto de abastecimento dos veículos da firma e, no anexo construído nos fundos, foram instalados uma oficina mecânica, uma marcenaria e uma carpintaria. Em 1973, a CEMIG encampou a Prada Eletricidade, com esta incorporação a casa deixou de ter uso residencial para abrigar funções administrativas. Em 1995 a prefeitura municipal adquiriu o prédio e seu tombamento ocorreu no mesmo ano. Atualmente é ocupada pela Oficina Cultural de Uberlândia. Também possui tombamento municipal e uso institucional, com bom estado de conservação, seu uso foi mudando durante os anos, sendo que a parte interna foi totalmente mudada, assim como seu pátio.

Uberlândia teve ser primeiro poste com luz elétrica no ano de 1909, marcando com isso o início a iluminação pública e particular, iniciando-se também a utilização da eletricidade como força motora da cidade. Dentre os patrimônios tombados existem os de propriedade privada, como é o caso da residência Chacur, localizada no Fundinho. Não há uma documentação que informe a data exata do imóvel; no entanto, suas características arquitetônicas e o fato de sua primeira transferência datar de 1927, nos indicam que sua construção se deu no início da década de vinte, possui características neoclássicas expressas pela clareza construtiva e por uma simplicidade formal.

Possui tombamento municipal e bom estado de conservação, nas suas dependências, que dividem a casa em duas, sendo de um lado residencial e outro abriga uma escola de teatro da Associação Cooperativa Teatral do Triângulo. Apesar de Uberlândia não possuir um centro histórico, existe na cidade a praça Clarimundo Carneiro, que possui diversos patrimônios tombados, bem como a Oficina Cultural. A praça Clarimundo ocupa a área onde foi o primeiro cemitério de Uberlândia, construído em 1881. Esse cemitério foi desapropriado em 1915, para a construção do Paço Municipal, inaugurado em 1917. Tendo como primeiro nome foi Praça da Liberdade, depois Praça Antonio Carlo (1929) e, em 1961, passou a chamar-se Clarimundo Carneiro, em homenagem a um dos mais importantes empresário do século XX, em Uberlândia, responsável pela companhia de energia elétrica na cidade.

A praça possui o conjunto – Praça, Coreto e Palácio dos Leões - sendo este um dos espaços mais significativos da cidade. Seu tombamento ocorreu em 25 de setembro de 1985, em nível municipal pelo decreto lei n° 4209. Na década de vinte, foi cogitada a idéia de se construir o Fórum, no lugar do coreto, que inicialmente seriam dois, mas durante a construção que ocorreu entre os anos de 1926 e 1927, somente um foi construído, integrando o conjunto urbanístico da praça, o coreto foi construído com verbas particulares.

Inicialmente o paisagismo da praça serviu como adorno ao Paço Municipal, contudo várias interferências ocorreram durante os anos, as plantas mudaram de médio porte para de pequeno porte, e seus canteiros foram mudados em função das alterações ocorridas no trânsito, as alterações das plantas teve como argumento a violência na região, e no interior da praça. O Paço Municipal, localizado na praça Clarimundo Carneiro, foi inaugurado em

1917, sendo o primeiro edifício de dois pavimentos na cidade. O município de Uberlândia foi criado pela lei n.º 3643 de 31 de agosto de 1888. O prédio do Palácio dos Leões abrigava os poderes legislativo e executivo da cidade, com o crescimento de Uberlândia o prédio tornou-se insuficiente para atender as necessidades que então surgiam. Foram transferidos os gabinetes dos vereadores para outro local. Em 1994, foi inaugurado o novo Centro Administrativo, e o paço municipal foi definitivamente desocupado, sendo transformado no Museu Municipal, a partir de 2000.

Uberlândia teve seu mercado municipal construído em 1944, contudo o decreto que autorizava sua construção era de janeiro de 1923, a sua localização é na rua Olegário Maciel n.º 255. O Mercado Municipal passou por três ampliações no decorrer do tempo, conforme a necessidade e o crescimento da cidade, era nesse local que concentrava todo o comércio atacadista de hortifrutigranjeiro passando apenas as atividades varejistas. Não possui tombamento, a proposta de proteção legal é de tombamento municipal e integral do espaço. Ele apresenta influência da arquitetura moderna.

O patrimônio material tombado com a construção mais recente é a da Igreja Espírito Santo do Cerrado, localizada na Avenida dos Mognos n.º 355, um dos os patrimônios materiais da cidade, sobre os patrimônios imateriais é possível vislumbrar a festa da Congada no mês de outubro, e ir com os alunos conversar, fazer entrevistas e gravação com os participantes.

CAPÍTULO III EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Uma das reclamações existentes, entre os alunos secundaristas em relação à disciplina de história, esta no fato de muitos entende-la apenas como matéria “decorativa”, sem relação com o cotidiano. Portanto, sem relação com o presente deles.

Mas a questão que surge é como falar do passado e mesmo assim ter relação com o presente, com o cotidiano do aluno, tornando as aulas mais interessantes e participativas. Fato este discutido no primeiro capítulo, quando foi apontada a importância de desenvolver uma didática condizente e eficiente, que possibilite a comunicação entre professor e estudante. É sabido que todos os questionamentos sobre o passado tem uma relação direta com o presente, contudo, esta relação não esta contida diretamente nos livros didáticos.

Livros que na maioria das vezes lidam com história factual, servindo apenas para confirmar o que muitos alunos dizem sobre a matéria, como sendo decorativa. Outro problema com os livros didáticos e com a educação em geral esta no fato, de que tudo que é dado em sala serve a uma única finalidade, que é o vestibular. Impossibilitando muitas vezes que um trabalho visando uma mudança social seja desenvolvido, mesmo sabendo do papel transformador do professor e da sua influência na vida dos alunos, em poucas escolas existe um apoio ao profissional que está disposto a fazer tal tarefa.

Percebi em experiências pessoais, primeiro fazendo estágio de Prática de Ensino I e posteriormente como professor em dois colégios, que a forma tradicional de ensino é falha, pois, não compreende o aluno no seu cotidiano e muito menos possibilita a sua inserção dentro da sociedade, com questionamentos e críticas. Por isso entendo que é importante trabalhar com formas alternativas de ensino, dentro e fora da sala de aula, com o intuito de fazer o aluno entender a sua participação como sujeito histórico, como cidadão e como indivíduo inserido em uma sociedade.

Dentre estas formas de educação alternativa esta a educação patrimonial, que é o foco desse trabalho, contudo outras formas existem, podendo trabalhar com elementos culturais, tais como, artesanato, música, dança, jogos, meio ambiente, história local, história oral entre outras. Estes trabalhos visam a formação de cidadãos conscientes do seu papel

transformador na sociedade e buscam a transformação individual e coletiva. E a Educação Patrimonial esta inserida nesse contexto.

A proposta do trabalho é baseada no “Guia Básico de Educação Patrimonial”

“A expressão Educação Patrimonial vem se tornando cada vez mais familiar e freqüente no trabalho dos Museus e dos responsáveis pela preservação, identificação e valorização do Patrimônio Cultural em nosso país. A proposta metodológica para o desenvolvimento das ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais foi introduzida, em termos conceituais e práticos, a partir do 1o Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de Heritage Education” .

Trabalhar com Educação Patrimonial é um processo permanente, e tem como fonte primária de estudo os Patrimônios Culturais, tanto materiais e imateriais, podendo ser aplicadas para crianças, adolescentes e adultos. Este é um processo ativo de preservação do nosso patrimônio cultural, que valoriza o conhecimento e possibilita a criação de um novo saber, de forma crítica. Formando, com isso uma cadeia, no qual o conhecimento sobre os patrimônios propicia a valorização e preservação da herança cultural, compreendida aqui na sua multiplicidade de significados no território brasileiro.

O Patrimônio Cultural de um povo é a sua forma de identidade, e a educação patrimonial tem como objetivo reconhecer essa identidade, levando em conta toda diversidade existente. É a forma de compreender e respeitar todas as expressões culturais existentes, com toda sua dinâmica, pois, todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas específicas de ser, constituem sua cultura, que vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes . São essas formas e expressões culturais que estão no escopo da educação patrimonial. Considerando que a preservação do patrimônio cultural não constitui um fim em si mesma, mas uma garantia do direito à memória individual e coletiva, elemento fundamental do exercício da cidadania.

Em Uberlândia e região temos exemplos vivos da aplicação da educação patrimonial. Um deles é o projeto “Histórias da Nossa Terra”, que consiste na capacitação de educadores e estudantes, de escolas públicas do ensino fundamental, que utiliza a

metodologia da história oral, ampliando a proposta curricular no aprendizado e oferecendo, como produto final a exposição “Histórias da Nossa Terra”. Em dois anos este projeto já teve a participação de mais de dois mil alunos e cerca de cem educadores de dezoito escolas, em Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia. A cada ano, educadores e alunos de escolas da área de atuação da CTBC vão redescobrir as histórias das cidades através dos personagens que construíram suas trajetórias. Esta proposta de trabalho diferencia-se da proposta vigente, quando elege a história local como foco do trabalho.

Outro exemplo bem sucedido em Uberlândia de educação patrimonial é o projeto EmCantar. Esse projeto é desenvolvido por voluntários e tem como público alvo crianças e adolescentes de escolas públicas. Duzentos e cinquenta integrantes participam semanalmente em oficinas fundamentadas na promoção da cultura popular e da educação ambiental, tendo como instrumento pedagógico a música brasileira. O projeto atua também em pesquisa de movimentos populares da região, como a Congada e a Folia de Reis. Um dos resultados desse trabalho, que foi fundado em 1996, foi à gravação de um CD que foi distribuído a pessoas e instituições das áreas de educação, cultura e meio ambiente. Esses projetos são exemplos de iniciativa do setor privado que cada vez mais vêm reforçando seu papel de transformação da sociedade através da responsabilidade social. Não pretendendo aqui fazer um juízo de valor sobre tais ações, mas sim demonstrar que é possível trabalhar a questão da cidadania.

Estes exemplos ratificam a importância do resgate cultural como forma alternativa de ensino, indo de encontro com o foco deste trabalho que é, o ensino da história com a utilização dos patrimônios materiais e imateriais existentes na cidade de Uberlândia.

É importante preservar a cultura, em todas suas formas, pois ela representa a identidade de um povo, e esta forma de identidade e os processos culturais possibilitam a socialização entre as pessoas. Podendo citar como exemplo, a Congada, no qual, muitos indivíduos constroem sua própria identidade, fazendo parte de um grupo. A socialização é um fator imprescindível dentro da cultura, haja visto que a cultura, por ser dinâmica, não é formada somente por indivíduos isolados, mas sim, por grupos sociais, que interagem com o todo e com os indivíduos, possibilitando a criação e a recriação das expressões culturais existentes.

Existe uma multiplicidade de expressões culturais em nosso país, em decorrência da diversidade étnica e da distribuição geográfica da nação. A junção destes fatores é preponderante na formação e característica do cidadão brasileiro, sendo expresso de diversas formas culturais. Estas expressões culturais brasileiras são ricas e diferentes entre cada região, podendo uma mesma denominação de cultura, como é o caso da Gongada, ser diferente em seu entendimento e representação, conforme a região. Isso demonstra que todas as formas de expressões culturais, apesar de diferentes, são importantes, não existindo uma cultura superior a outra. Essas formas podem ser chamadas de patrimônio vivo, que constitui nas formas de expressão da sociedade brasileira, através de artesanatos, maneira de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações familiares e sociais.

Através da educação patrimonial é possível provocar um aprendizado sobre o processo cultural, mostrando aos alunos as diferentes formas de expressão cultural existentes no cotidiano de seu bairro, cidade e país, considerando essas diversas formas de representações culturais citadas acima, despertando nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.

O uso Educacional do Patrimônio Cultural é cíclico, ou seja, a sua forma de utilização passa pela aquisição de conceitos e habilidades por parte do aluno, que facilita a evolução ao uso destes conceitos e habilidades no dia-a-dia, e isto, por sua vez motiva a aquisição de novos conceitos e habilidades provocados por um sentimento de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais, que levam a uma mudança no comportamento, e conseqüentemente na reutilização de termos e conceitos. Exemplos destes conceitos que podem ser trabalhados são: conceito de cidadania, cultura, circularidade cultural, diversidade cultural, preservação entre outros. Passando por várias áreas do conhecimento humano possibilitando com isso um melhor entendimento do seu cotidiano.

A metodologia utilizada pela educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidencia material ou imaterial, ou seja, qualquer expressão resultante da relação dos indivíduos e o meio o qual estão inseridos. A análise feita nesta metodologia passa por uma

série de perguntas e reflexões que possibilitam outras perguntas e reflexões, portanto é importante delimitar e definir os objetivos do estudo.

Objetos culturais podem ser utilizados dentro da sala de aula ou nos próprios locais que são encontrados, como peças chave dentro do processo de aprendizado, e não como mera ilustração das aulas. Para tanto é necessária a utilização desse objeto como fonte real e primária de informação, lembrando sempre da formulação de perguntas e reflexões. Uma série de conexões está contida em cada objeto cultural, seja ele uma igreja, uma cadeira ou uma simples moeda encontrada em um sítio arqueológico. Nestas conexões surgem uma infinidade de perguntas, tais como: o processo de fabricação, a importância desse objeto na época da sua construção, qual sociedade ou grupo social o fez, quais seus usos, para que serviam, como serviram, quais outros usos ele teve, quem construiu, quem participou da sua elaboração. Descobrir essa rede de ligações “que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização, é a tarefa específica da Educação Patrimonial”. A metodologia da Educação Patrimonial consiste na investigação do objeto cultural, em fazer perguntas sobre: aspectos físicos e materiais, desenho e formas, função e uso, construção e processo, valor e significado; como também; observação, pesquisa e estudo, discussão; formando com isso uma conclusão sobre o objeto e o seu conhecimento. Podendo também trabalhar com história de vida das pessoas que utilizaram e viveram durante o processo estudado. Após a definição do objeto/fenômeno/tema de estudo, a ação educativa deverá ser desenvolvida ao longo de etapas metodológicas propostas pelo Guia Básico de Educação Patrimonial que são:

Etapas Recursos/Atividades Objetivos,

- 1) Observação Exercício de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive. (Identificação do objeto/ função/ significado); (Desenvolvimento da percepção visual e simbólica).
- 2) Registro Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas. (Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica); (Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional).

3) Exploração Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas... (Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados).

4) Apropriação Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo. (Envolvimento efetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural). Essa metodologia possibilita uma infinidade de perguntas posteriores, e um conhecimento abrangente sobre o tema estudado. Contudo, propomos mais uma etapa no método acima descrito, que seria a utilização da história de vida de quem participou do processo.

5) história oral História de vida, possibilitando a compreensão dos significados sensitivos que o tema possui ou possuía para quem interagiu com o objeto. Conhecer a importância do objeto para na vida da comunidade. Descobrir quais significados esse objeto possuiu.

De qual modo as pessoas vivenciaram a experiência de interagir com o objeto.

Nas conclusões finais será analisada a possibilidade da utilização do patrimônio cultural na educação, para tanto será empregado a Congada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desse trabalho é o patrimônio cultural material e imaterial de Uberlândia, tombados tanto no âmbito Municipal como Estadual, estes patrimônios já foram descritos no capítulo anterior, e são eles:

A Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga.

No período de 1850 a 1852, foi construída a primeira capela no distrito de Santa Maria - hoje Miraporanga, sob o oráculo de Nossa Senhora do Carmo e Santa Maria Maior: a Capela Nossa Senhora das Neves, tendo sido a 15ª capela construída no Serão da Farinha Podre e a única remanescente nos dias atuais.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário.

O prédio ocupado pela Oficina Cultural, na praça Clarimundo Carneiro n.º 240, foi projetado para abrigar a primeira companhia de energia elétrica de Uberlândia - Companhia de Força e Luz de Uberabinha - criada em 1912.

Residência Chacur, localizada no Fundinho.

Apesar de Uberlândia não possuir um centro histórico, existe na cidade a praça Clarimundo Carneiro, que possui diversos patrimônios tombados. A praça possui o conjunto – Praça, Coreto e Palácio dos Leões - sendo este um dos espaços mais significativos da cidade. Seu tombamento ocorreu em 25 de setembro de 1985, em nível municipal pelo decreto lei n.º 4209.

Casa da Cultura.

Na região do bairro Fundinho, esta localizada a Casa da Cultura, na praça Coronel Carneiro, esta construção data de 1922 a 1924, e já passou por vários usos, como a Casa de Saúde da cidade, Delegacia Regional da Polícia Civil, na década de 60, posteriormente

Centro Regional de Saúde e Superintendência Regional da Fazenda do Estado, até 1983, quando passou a ser depósito da mesma.

Mercado Municipal.

O Mercado Municipal teve o primeiro decreto em 1923, mas somente em 1944 foi realizada sua construção.

Igreja Espírito Santo do Cerrado.

E por fim a última construção tombada na região e a mais ressentida, que é a Igreja Espírito Santo do Cerrado, construída entre os anos de 1975 e 1981, sendo a única construção que possui tombamento estadual na cidade.

Congada.

O trabalho também utiliza o patrimônio imaterial da cidade, a Congada, festa de caráter popular e religioso.

A utilização da congada para a exemplificação de tal estudo é pertinente, pois, A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir os bens e valores que o constituem. É um instrumento de “alfabetização cultural” que capacita o indivíduo para a leitura e compreensão do universo sócio-cultural em que está inserido.

Ao mesmo tempo, considera-se a Educação Patrimonial como instrumento de desenvolvimento individual e coletivo e de diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural.

Desta forma, propicia a troca dos conhecimentos acumulados sobre estes bens pela comunidade e pelos órgãos e instituições, como o Iphan, museus, centros de pesquisas, universidades, etc.

O conhecimento e a apropriação pelas comunidades são um fator indispensável ao processo de preservação sustentável do Patrimônio Cultural.

Este processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de enriquecimento individual, coletivo e institucional. A utilização desses patrimônios materiais existentes na cidade, com a metodologia utilizada pela Educação Patrimonial, pode em muito melhorar o sistema de ensino. Considerando que esses patrimônios são também monumentos, pois, “um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma e estilo”, como é o caso da Casa da Cultura, da Igreja Nossa Senhora do Rosário, da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga, sendo outros monumentos remanescentes do passado, consagrados como símbolos coletivos pela sociedade, e referencia a memória de um povo, como por exemplo: o conjunto Praça- Palácio dos leões-Coreto, localizado na praça Clarimundo Carneiro. Sendo a região do bairro Fundinho o museu municipal. Oficina Cultural, antiga CEMIG; Casa da Cultura, como citado acima, foi o patrimônio que mais sofreu transformações em seu uso e estrutura interna.

Atualmente a Educação Patrimonial esta sendo muito valorizada. Podemos observar na mídia que muitas empresas começaram a se preocupar com o patrimônio cultural existente no Brasil, devido, principalmente pelas leis de incentivo fiscal defendida pelo governo atual, e também por um movimento que cada vez mais vem ganhando peso no setor empresarial que é a responsabilidade social.

O aperfeiçoamento da utilização patrimônio na educação, utilizado pelos projetos apoiados pelas organizações implica, necessariamente, no incremento significativo de ações que visem a promoção do patrimônio para sua adequada apropriação por parte da sociedade brasileira, co-gestora desses bens.

A Educação Patrimonial tem como objetivo:

- 1 - Tornar acessível, aos indivíduos e aos diferentes grupos sociais, os instrumentos e a leitura crítica dos bens culturais em suas múltiplas manifestações, sentidos e significados;
- 2- Propiciar o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando o sentimento de auto-estima, considerando a cultura brasileira como múltipla e plural;
- 3 - Estimular a apropriação e o uso, pela comunidade, do Patrimônio Cultural que ela detém;

4 - Estimular o diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural, propiciando a “troca” de conhecimento acumulada sobre estes bens;

5 - Experimentar e desenvolver metodologias de Educação Patrimonial, que permitam um processo contínuo de conhecimento e compreensão e avaliação dessas ações;

6 - Promover a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural e seus resultados, incorporando-os às ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio Cultural no nível das comunidades locais e das instituições envolvidas.

A Educação Patrimonial parte do pressuposto que, pouco adiantará continuar investindo na proteção e conservação de sítios e monumentos sem a colaboração direta da sociedade nessas ações; envolvendo-a numa participação responsável, ao invés de mantê-la fora ao processo, assim criando, ao mesmo tempo, uma parceria consciente e estimulando a noção de cidadania decorrente da preservação da memória cultural de uma nação/estado/município/comunidade.

Como foi dito acima, o patrimônio cultural brasileiro não é somente o material, mas também o imaterial. A partir de 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criou um novo Livro de Registro, destinado a referenciar e proteger as manifestações culturais que são caracterizadas como o “patrimônio imaterial” brasileiro, ou seja, os saberes e modos de fazer peculiares às diferentes regiões do Brasil, as festas e folguedos, as cantigas e lendas, o artesanato, a culinária, a música, a poesia e a literatura populares. Como por exemplo, o ofício das “paneiras” do Vale do Jequitinhonha, no Espírito Santo, sendo a primeira manifestação registrada no Livro do Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Na cidade de Uberlândia ocorre, nos meses de outubro, a partir do ano de 2003, a festa da Congada, uma festa de caráter lúdico e religioso, é uma manifestação religiosa que tem como principais participantes às camadas mais pobres da cidade. A festa ocorre no mês de novembro e foi transferida para outubro. A utilização dessa festa junto aos alunos ajuda a demonstrar toda a gama de elementos que compõem a cultura popular, entendendo que esta cultura não é desligada da cultura de massas e nem da cultura dita erudita, mas sim que ocorre uma circularidade entre elas, conforme entende Ginzburg. Ao mesmo tempo coloca

o estudante em contato direto com uma manifestação cultural que muitas vezes é descartada pela cultura dita “dominante”, demonstrando com isso que todas as expressões culturais possuem seu valor, e que não existe uma cultura superior à outra.

Outro fator importante na Educação Patrimonial é a interdisciplinaridade. As disciplinas da História, Geografia, Matemática, Estatística e Ciências Sociais são áreas que podem ser especialmente desenvolvidas neste processo. Da mesma forma a Literatura e a Linguagem.

Conforme foi dito no primeiro capítulo, a forma tradicional de ensino não abrange todas as questões do cotidiano do aluno. Na Educação Patrimonial, é buscada a união das várias disciplinas que compõem e complementam o quadro curricular.

Ao trabalhar um objeto histórico, in loco ou dentro de uma sala de aula, várias questões podem surgir; tanto na área da história, sobre seu uso, período de construção entre outros; como na geografia, sobre o local que foi feito; na física e matemática, na forma que foi construído o objeto, com quais materiais foi feito; estes são somente exemplos. Ao ser dado um único objeto toda uma gama de questões surgem, e a possibilidade de trabalhar as várias frentes do ensino abre-se como um leque a quem se propõe utilizar esse método e esta forma de educação.

A Educação Patrimonial pode não ser a solução para todos os problemas enfrentados pela educação em nosso país, pois, ela também não depende somente da paixão dos profissionais da educação, mas, do apoio das escolas, do Ministério da Educação, Ministério da Cultura, de recursos, que é o fator mais escasso no sistema público de educação. Pressupõe-se também uma mudança na mentalidade e na forma de trabalho dos professores, alunos, diretores, pais e participantes do mundo escolar.

Todavia, as possibilidades do uso da Educação Patrimonial são incontestáveis, tornando esta alternativa em educação uma das formas mais interessantes de trabalhar dentro do ensino, podendo ser aplicada tanto no currículo escolar, como alternativa a ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 2ª ed, 1992.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 3ª ed, 1982.
- HORTA, M. de L. P., Guia Básico de Educação Patrimonial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.
- GINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- GOMES, Aguinaldo R. História, memória e educação: Uma análise das contribuições do curso de história da UFU para a formação do professor/ pesquisador: Uberlândia, 2000.
- LIMA, Valdivane M. de. Cotidiano Escolar - Relatório de Prática de Ensino, Universidade Federal de Uberlândia, 1998.
- LEMOS, Carlos A C: O que é patrimônio histórico: São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo. São Paulo: USP, 1998.
- _____. Cultura popular: em busca de um referencial conceitual. In: Revista Cadernos de história. Uberlândia: 5 (5), pp 73-83, Jan-Dez/1994.
- ROSA, K. M. Relatório de Prática de Ensino, Universidade Federal de Uberlândia, 2000.

NOTAS

Corrente derivada da Escola francesa dos Annales, surgida em 1929 com Marc Bloch e Lucien Febvre, contrapondo-se à História positivista. A partir da década de 1960, a segunda geração dos Annales inclinou-se para o campo cultural, incorporando outras noções de objetos, metodologias e fontes documentais.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.
Ibidem, p. 35.

Principais correntes: marxismo e Escola dos Annales.

LIMA, Valdivane M. de. Cotidiano Escolar - Relatório de Prática de Ensino, Universidade Federal de Uberlândia, 1998, p. 09.

Ibidem, p. 15.

ROSA, K. M. Relatório de Prática de Ensino, Universidade Federal de Uberlândia, 2000, p. 20.

Ibidem, p. 28.

VARINE-BOHAM, Hungues: Patrimônio cultural - a experiência internacional. São Paulo, 1975.

LEMOS, Carlos A C.: O que é patrimônio histórico: São Paulo: Brasiliense, 1989

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo. São Paulo: USP, 1998.

GINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 3ª ed, 1982.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 2ª ed, 1992.

HORTA, M. de L. P., Guia Básico de Educação Patrimonial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000, p. 5.

Ibidem, p. 8.

Empresa patrocinadora do projeto Histórias de Nossa Terra.

Ibidem, p. 15.

Ibidem, p. 20.

Guia básico de educação patrimonial.